

A EDUCAÇÃO DO HOMEM SEGUNDO O IDEÁRIO PEDAGÓGICO DE PLATÃO: UMA ABORDAGEM A ALEGORIA DA CAVERNA¹

Carlos Eduardo da Silva²

Divino Lucas de Souza³

Ewerton Luiz Donizete da Silva⁴

Gustavo Araújo Batista⁵

RESUMO

O ideário pedagógico platônico foi desenvolvido visando a constituição de uma sociedade justa, onde os mais instruídos seriam investidos no poder. Platão nasceu numa época que influenciou decisivamente sua filosofia, levando o mesmo a desenvolver *A República*. No livro VII desta obra, encontramos a *Alegoria da Caverna*, a qual contém o cerne de seu pensamento educacional. Nesta alegoria, tratamos de forma específica sobre como o estado deve educar seus governantes. Este processo educacional tem início na infância e perdura por toda a vida. Aqueles que alcançassem o Sumo Bem, por intermédio da filosofia, e se mostrassem qualificados física, moral e intelectualmente, estariam aptos a governar a cidade-modelo. Assim, para a realização deste artigo utilizamos o método de pesquisa bibliográfica, quando citamos, comentamos e explicamos sobre o pensamento educacional de Platão. Como aporte teórico lançamos mão de Jaeger (1994), Papas (1995), Platão (2000), Scolnicov (2006), Paviani (2008), Konder (2010), Teixeira (2015), dentre outros. Destarte, intentamos demonstrar que vários aspectos do ideário pedagógico de Platão se mostra útil, atual, importante e de interesse geral.

Palavras-chaves: Educação. Governante. Estado. Platão.

¹ Este texto é um dos resultados das pesquisas cujos projetos contam com o apoio do CNPq (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico) ao qual se expressa gratidão e reconhecimento pela confiança depositada nos trabalhos propostos.

² Mestrando do Programa de Mestrado Profissional em Educação: Formação Docente para a Educação Básica pela Universidade de Uberaba (UNIUBE), Graduação Licenciatura Plena em Filosofia pelo Instituto de Ciências Sociais e Humanas (ICSH), Bacharelado em Teologia pela Faculdade Entre Rios do Piauí (FAERPI), Especialização *Latu Sensu* em Metodologia do Ensino de Filosofia pelo Instituto de Ciências Sociais e Humanas (ICSH), Pós-Graduação em Docência do Ensino Superior pelo Instituto de Ciências Sociais e Humanas (ICSH). E-mail: kadusil777@gmail.com

³ Mestre em Educação pela Universidade de Uberaba (UNIUBE), Graduação Licenciatura Plena em Filosofia pelo Instituto de Ciências Sociais e Humanas (ICSH), Pós-Graduação em Ensino de Filosofia pelo Instituto Prominas – Universidade Candido Mendes. Professor de Filosofia efetivo do Estado de Minas Gerais. E-mail: dls1717@hotmail.com

⁴ Graduação Licenciatura Plena em Pedagogia pela Faculdade Cidade de Coromandel (FCC), Pós-Graduação em Didática e Metodologia do Ensino Superior pela Faculdade Cidade de Coromandel (FCC), Pós-Graduação em Gestão Empresarial com ênfase em RH pela Faculdade Cidade de Coromandel (FCC). Professor Especialista dos Cursos de Pedagogia e Educação Física da Faculdade Cidade de Coromandel (FCC). E-mail: ewertonlds5.0@gmail.com

⁵ Graduação em Letras e em Filosofia pela Universidade Federal de Uberlândia (UFU); Mestrado em Educação (UFU); Doutorado em Educação pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP); Pós-Doutorado em Educação (UFU). Ensino e Pesquisa em nível de Graduação e de Pós-Graduação *stricto sensu* (mestrado e doutorado), com publicações em torno da temática das relações entre educação e filosofia, tanto nacional quanto internacionalmente. E-mail: mrgugaster@gmail.com

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Desde os primórdios da humanidade o homem busca a compreensão mais profunda da realidade que o circunda. Este anseio por respostas satisfatórias deu origem à filosofia. A finalidade de sua busca é a obtenção da verdade pela verdade, ou seja, o conhecimento autêntico. É com esta intenção que empreendemos este artigo, desenvolvendo uma pesquisa que contribua com o processo de desvelamento da verdade.

Na busca do autêntico conhecimento, lançamos mão da sabedoria de um dos mais renomados pensadores da educação, considerado o primeiro grande pedagogo, Platão. Preconizou uma educação qualificada, apta a preparar o homem para as mais nobres tarefas, inclusive, o governo. Todavia, sempre ciente que uma boa educação revela a parte mais nobre do homem, contudo, ser for má, exterioriza as mais torpes mazelas: “[...] graças a uma correta educação combinada a uma felicidade natural se converte ordinariamente na mais divina e na mais dócil de todas as criaturas, à falta da educação suficiente e bem orientada, é a mais selvagem de todas sobre a Terra” (PLATÃO, 1999, p. 248).

Destarte, apresentaremos o processo educacional proposto por Platão para aquele que deverá ter as rédeas do estado em mãos, o rei-filósofo. Entrementes, não intentamos empreender uma análise exaustiva de toda a filosofia educacional e política de Platão. Nosso enfoque direciona-se à educação do governante esboçada por Platão na célebre *Alegoria da Caverna* – o livro VII da obra *A República*.

A REPÚBLICA: FATORES INFLUENCIADORES E EXPOSIÇÃO DA OBRA

Antes de abordarmos diretamente *A República*, faz-se mister vislumbrar de forma diminuta nosso filósofo. Platão nasceu em Atenas e viveu por volta de 427-347 a.C. Seu autêntico nome era Arístocles. O apelido Platão foi herdado devido a largura de sua testa ou de suas costas. O mesmo advinha de uma família muito considerada em Atenas, da qual fizeram parte importantes governantes do passado ateniense. Daí percebemos, o porquê, de Platão se interessar tanto pela vida política. Sem sombra de dúvidas, a educação recebida por ele refletia o contexto que o cercava e também acabou por influenciar no processo educativo que propôs para o governante ideal.

A República é resultado de inúmeros acontecimentos que marcaram profundamente a vida de Platão. Influenciado pela disposição política de Atenas, desde muito moço Platão desejava ingressar na vida política (cf. PLATÃO, 1996, p. 5). Entre seus ancestrais, Platão contava com o Rei Codros pela parte do pai e com o legislador Sólon por parte de mãe. Desta forma, percebemos que tudo ao redor de Platão conspirava a favor da

política. Contudo, seriam outros os principais fatores que influenciariam Platão no desenvolvimento de sua principal obra. Estes fatores são: o fim da idade de ouro ateniense e a morte de Sócrates.

Atenas, após o fim das Guerras Médicas (499-449 a.C.),⁶ ia destacando-se em relação às outras cidades da Grécia tanto culturalmente, quanto politicamente. No entanto, após 50 anos de destaque no mundo grego, Atenas entra em batalha contra Esparta, abrindo, assim, a Guerra do Peloponeso (430-400 a.C.). Essa guerra resultou numa vergonhosa derrota por parte de Atenas e na perda de várias peculiaridades que eram o orgulho da cidade.

Sabendo que Platão presenciou os derradeiros lampejos da idade de ouro da cultura ateniense, podemos entender o porquê do tom meditativo, uma quase nostalgia ao descrever sua cidade ideal n'*A República*. A derrocada de Atenas destruía em Platão o sonho dum futuro promissor que a antiga cidade, poderosa e respeitável, inspirava-lhe. Porém, esta tristeza de ver desmoronar em seus pés tantos sonhos, ainda não seria o mais decisivo acontecimento, que faria Platão desviar-se da política e desenvolver seus escritos filosófico-político-pedagógicos. O mais marcante, o mais cruel, ainda estava por vir: a morte de Sócrates.

Platão teve seu primeiro encontro com o filósofo Sócrates, provavelmente, em 408 a.C., e sentiu por ele, como tantos outros jovens, uma grande admiração. Sócrates, mesmo com seus traços pouco atraentes, exercia estranha sedução sobre todos. Mas não era somente sua mística que atraía as pessoas. Todos se impressionavam com a grande desenvoltura intelectual com que Sócrates tratava de temas profundamente complexos.

Após o período de tirania cruel no “Governo dos Trinta”,⁷ a democracia foi restaurada. O regime instituído caracterizou-se pela moderação ao satisfazer os espíritos ressentidos. O povo, porém, alimentava ressentimentos contra aqueles que julgava culpados de exercer uma influência perniciosa na vida moral e política de Atenas. Destarte, Sócrates foi preso. Das muitas transgressões atribuídas a ele pesavam as acusações de descrer nos deuses da cidade, substituir os mesmos por deuses próprios e corromper a juventude. Os atenienses concordaram com as acusações dirigidas a Sócrates e o condenaram à morte, fazendo-o ingerir cicuta (cf. PAPAS, 1995, p. 18).

⁶ Sucessão de combates contra os Persas, os quais pretendiam submeter a Grécia.

⁷ No desenrolar da Guerra do Peloponeso o Partido Oligárquico de Atenas advogava o abandono da Democracia. Diversos oligárquicos experimentaram o ostracismo. Quando retornaram formou-se o *Governo dos Trinta* (trinta magistrados), o qual, se tornou famoso por sua impopularidade. Com o apoio intelectual de Sócrates, iniciaram uma revolta contra os democratas, culminando numa dura derrota.

Desta forma, fica fácil perceber o motivo pelo qual *A República* em vários momentos aparece como uma defesa de Sócrates. Aquele que Platão considerava o melhor dentre todos, havia sido condenado à morte. Uma condenação injusta e insensata que abalou Platão de forma desmedida. Este fato é considerado um dos mais marcantes em sua vida no campo político e também um dos mais decisivos para o empreendimento de sistematizar o fenômeno político e educacional n'*A República*.

Nesta obra, ele expressou seu enorme desejo de implantar uma cidade-modelo, na qual, tudo o que ele considerava como causa de corrupção de uma cidade seria extirpado. *A República* é considerada um diálogo platônico clássico, que constitui, a suma do platonismo.

A conversação que dá formas a obra aconteceu em 422 a.C., durante um período de calmaria dentro da Guerra do Peloponeso. Na época da conversação, Platão tinha aproximadamente 5 anos, o que quer dizer que, algum registro deste acontecimento, só chegou até suas mãos, após uma longa data, num momento em que a maioria dos participantes já havia falecido. Provavelmente, por volta de 375 a.C., é que a obra em si foi escrita – 50 anos depois do fato (cf. PAPAS, 1995, p. 29).

N'*A República*, Sócrates é o principal personagem. Ele inicia o diálogo com Trasímaco, Céfalo e seu filho Polemarco. No entanto, na maior parte da obra, Sócrates não se dirige a estes homens, mas aos irmãos Gláucon e Adimanto. Após ter dialogado com os personagens supracitados, o problema central da obra é exposto. Este problema, que é o da “natureza da justiça”, constitui o eixo em torno do qual giram todos os outros temas. Ele só receberá solução adequada através da observação de como nasce ou se corrompe uma cidade perfeita (cf. REALE; ANTISERI, 1990, p. 162).

Um Estado nasce porque cada pessoa não é autárquica e tem necessidade dos serviços de muitos outros. Assim, a cidade perfeita necessita de três classes sociais, para seu bom desenvolvimento. A primeira classe é formada por lavradores, artesãos e comerciantes, nos quais prevalece o aspecto “concupiscível” da alma. Tal classe só é boa, quando nela predomina a virtude da temperança ou domínio de si mesmo. A segunda é a classe dos guardiões, nos quais prevalece o aspecto “irascível” da alma. Sua virtude deve ser a coragem. Esta classe deve permanecer vigilante tanto em relação aos perigos que possam vir do exterior como aos perigos que possam originar-se no interior da cidade. Por fim, temos a classe dos governantes. Nesta, prevalece a alma “racional” e sua virtude específica é a sabedoria. Os governantes serão aqueles que realizaram com zelo sua própria missão, aprendendo a conhecer e a contemplar o Sumo Bem (cf. REALE; ANTISERI, 1990, p. 163).

Destarte, a “justiça”, palavra que aparece 195 vezes na obra,⁸ é a harmonia que se estabelece entre as três classes da cidade, e também a harmonia que se estabelece entre as partes da alma. Pois, da mesma forma que o Estado, também a alma de cada pessoa está dividida em três partes: a concupiscível, a irascível e a racional.

Esta harmonia entre as partes da alma e do Estado gera a felicidade. Por este motivo, a justiça é vantajosa àqueles que a praticam. Mas, somente se os homens viverem a justiça em si mesmos é que a cidade perfeita existirá, porque, para Platão, a cidade é apenas uma projeção ampliada dos cidadãos que a integram.

Para que a cidade venha a ser perfeita, é necessário que seu projeto educacional também seja perfeito. A classe dos lavradores, comerciantes e artesãos, porém, não carece de pedagogia específica, pois seus ofícios são aprendidos mais eficazmente com a prática. Sua tarefa seria prover as necessidades materiais dos componentes das outras classes, onde homens e mulheres deveriam ser educados da mesma maneira, desempenhando funções iguais. Já para a classe dos guardiões, Platão apresenta um processo educacional clássico, ginástico-musical. Seu escopo é fortificar na alma, a parte, da qual, deriva a coragem. Esta classe teria tudo em comum: “além da habitação, e da mesa, também as mulheres, os filhos, a criação e a educação da prole” (REALE, 1997a, p. 251).

A educação que Platão indicava para os governantes da cidade modelo era de caráter filosófico. O objetivo desta educação era impelir o filósofo à contemplação do Sumo Bem. Através deste conhecimento supremo, ele formaria a si mesmo, tomando por baluarte a ideia do Bem, visando introduzi-la na realidade existencial do sensível. Destarte, o Sumo Bem é visto como princípio e ápice da realidade inteligível. Por consequência, passa a ser o fundamento tanto da cidade ideal, quanto das ações de cada cidadão.

N’A *República* Platão defende a mobilidade de classe social. Se um filho de lavrador, artesão ou comerciante apresentasse as características de um espírito superior à sua casta, o mesmo poderia ascender de classe, passando à classe dos guardiões, sendo submetido à mesma formação destes. Caso ele se destacasse dentre os componentes da segunda classe, revelando ser um espírito dialético, poderia até mesmo se tornar governante da cidade ideal. Essa mobilidade funcionaria também de forma inversa com as outras classes, caso seus enviados para o processo formativo não correspondessem às expectativas.

Para Platão, existe diferentes formas de governo: Timocracia, Oligarquia, Democracia e Tirania. No entanto, no decorrer da obra fica entendido que todas as formas

⁸ Contagem realizada n’A *República*, editada na Coleção *Os Pensadores* – consta nas referências. Cadernos da Fucamp, v.16, n.25, p.7-26/2017

políticas de fato são, em graus diversos, degenerescências dum governo aristocrático perfeito. Segundo nosso filósofo ateniense, o homem timárquico, dominado pelo orgulho e pela ambição, engendra o homem oligárquico, que só conhece o apetite dos prazeres, engendrando por sua vez, o homem democrático, indisciplinado e invejoso, cujo filho é, finalmente, o tirano (cf. ROBIN, [s/d], p. 48).

No limiar da obra, Platão exterioriza que pouco interessa se a cidade perfeita venha existir ou não. Realmente importante é que cada um molde a si mesmo de acordo com as leis de tal cidade, pois sua verdadeira sede é o interior de cada ser humano.

Ainda em conformidade com as leis da cidade modelo, Platão atesta que o estudo dos poetas estava vetado. “Os poetas falam e desconhecem o que falam. O poeta [...] é um imitador, imitador de terceira mão é por isso distante três graus do ser” (TEIXEIRA, 1999, p. 76). A poesia imita a aparência. Apela para as piores partes da alma. Esta, por sua vez, é imortal e passa por um processo de transmigração, recebendo a mesma sua recompensa ou punição de acordo com a vida que tenha levado na realidade sensível. Destarte, encerrando a exposição da obra, para melhor compreendermos *A República*, apresentaremos o esquema abaixo, conforme a divisão dos temas abordados na mesma.

Devido o fato d’*A República* ser um tanto extensa, sua estrutura global pode ficar obscurecida. Por isso, é preciso ficar claro que a obra consiste num único argumento, com um antecedente e um conseqüente, com uma digressão pelo meio. O argumento central – O que é a justiça? e, Será vantajosa a justiça? – vem nos livros II, III, IV, VIII, IX; o livro I introduz os assuntos, enquanto o livro X, quase à maneira de apêndice, se dedica a pontos específicos do argumento principal. Estes livros d’*A República* fazem grande sentido, mesmo sem a digressão dos livros V, VI e VII, onde encontramos o *Mito da Caverna*. Estes últimos trazem uma discussão educacional, política e metafísica de importância capital dentro do pensamento platônico (cf. PAPAS, 1995, pp. 35-36).

O livro VII, o último da digressão, é o livro mais importante da obra e de toda a criação platônica. Nele encontramos o cerne de seu pensamento e uma espetacular narrativa sobre a verdadeira educação pela qual deverá passar o governante-filósofo. Pois, para Platão, aquele que terá em mãos o governo da cidade ideal e o dever de zelar pela vida de seus habitantes, deverá ser o melhor entre os homens, para assim conduzi-los a uma vivência harmoniosa e feliz. No entanto, ele só conseguirá velar pelo bem da cidade, se o mesmo tiver alcançado a essência do Bem, que é o fim último do ideário pedagógico proposto por Platão na *Alegoria da Caverna*.

A ALEGORIA DA CAVERNA E SEU SIGNIFICADO

Sócrates convida Gláucon a imaginar uma caverna subterrânea, com ampla entrada, aberta à luz em toda a sua extensão. Lá dentro, alguns homens se encontram, desde a infância imóveis, por estarem amarrados pelas pernas e pelo pescoço, sendo-lhes permitido olhar, somente para frente. Num plano superior atrás deles arde um fogo a certa distância. Entre esse fogo e os prisioneiros existe um caminho elevado, ao longo do qual foi construído um pequeno muro, semelhante aos tabiques que os titeriteiros colocam entre si e o público com a finalidade de movimentar as marionetes, por cima.

Ao longo desse pequeno muro, passam algumas pessoas carregando uma enorme variedade de objetos, cuja altura ultrapassa a do muro. Entre essas pessoas há os que conversam entre si e os que caminham silenciosamente. Os prisioneiros só conseguem enxergar as sombras projetadas pelo fogo sobre a parede da caverna que se encontra bem à frente deles. Jamais ouviram vozes, senão os ecos provenientes do fundo da caverna. Assim, eles têm às sombras como se fossem a realidade verdadeira e aos ecos como se fossem as vozes verdadeiras daquelas sombras.

Sócrates pede também a Gláucon que imagine o que sentiriam os presos se fossem libertados de suas amarras e curados de sua ignorância. Se um deles fosse libertado e forçado a levantar-se, virar o pescoço, caminhar e olhar a luz, sentiria dores intensas ao fazer todos esses movimentos e, devido à luz ofuscar-lhe os olhos, seria incapaz de enxergar os objetos cujas sombras ele via antes. Na medida em que lhe fosse mostrado cada um dos objetos que passavam, e ele fosse obrigado a definir o que eram, ficaria embaraçado e diria que as sombras que via antes eram mais verdadeiras que os objetos que agora lhe eram mostrados.

Daí em diante, Sócrates leva-nos a pensar no prisioneiro, sendo afastado à força do lugar onde se encontra e obrigado a subir asperamente em direção à saída da caverna. Ao contato com a luz do dia ele não conseguiria discernir nenhum dos seres considerados verdadeiros e ficaria muito irritado pelo modo que o retiraram da caverna. Perante tal acontecimento, ele precisaria habituar-se, para ver melhor as coisas do alto de onde se encontra agora. Primeiro ele veria as sombras, em seguida as imagens dos homens e dos outros seres refletidas na água e, finalmente, os próprios seres. Após, ele contemplaria, mais facilmente, durante a noite, os objetos celestes e o próprio céu. Por fim, contemplaria o próprio sol, percebendo assim que o mesmo governa o mundo das coisas visíveis e produz as estações do ano, e, de certo modo, é causa de tudo o que ele via dentro da caverna.

Lembrando-se de sua habitação anterior, de tudo o que ali se passa, ele ficaria feliz por haver mudado de situação e lamentaria por seus companheiros que haviam ficado na caverna. Mas, se na caverna houvesse o costume de conferir honras, louvores e recompensas para os que fossem capazes de prever o futuro, por causa da precisão que tinham em observar a hora da passagem das sombras, não sentiria ciúmes, pois preferiria viver sem ilusões (em meras aparências).

E se esse homem retornasse à caverna e fosse colocado no mesmo lugar de onde saíra, devido essa passagem da luz para as trevas seus olhos ficariam como que “cegos”. E se neste estado, por ainda não ter se acostumado novamente às trevas, ele dialogasse com seus companheiros, provocaria risos e ouviria de seus amigos que tendo saído da caverna, a ela retornou cego, e que por isso, não valia a pena fazer semelhante experiência. E, ainda por cima, matariam a quem tentasse libertá-los e conduzi-los para a luz.

Segundo a significação platônica desta alegoria, o mundo da caverna corresponde ao mundo visível, no qual vivemos. O mundo externo à caverna, corresponde ao mundo inteligível, o mundo das ideias perfeitas e, portanto, da verdadeira realidade, a qual alcançamos através da filosofia.

Em ambos os mundos percebe-se a existência de duas fontes de luz que correspondem a duas realidades diferentes. No mundo da caverna, encontra-se o fogo que representa o sol. Enquanto que na realidade fora da caverna, encontra-se o sol que representa o Bem, luz e vida do mundo inteligível. Na caverna encontra-se um nível inferior de realidade (as sombras). Já no mundo exterior, tem-se um nível superior de realidade (as ideias perfeitas).

A subida do prisioneiro para o mundo exterior representa a ascensão da alma rumo ao mundo inteligível. Para ocorrer a passagem do “mundo visível para esse mundo inteligível, a alma tem que operar um movimento de conversão” (BRUN, 1985, p. 51).

Só o filósofo é capaz desta conversão. Ele é aquele que luta para libertar-se de sua ignorância, em busca da verdade. O instrumento pelo qual ele é libertado e com o qual tenta libertar os outros prisioneiros é a dialética. Mas, ele não é compreendido e perante seus companheiros de caverna, presta-se à jocosidade, podendo até mesmo ser espancado e morto porque seus companheiros imaginam que o mundo sensível (das sombras) é o único mundo real e verdadeiro. No entanto, o filósofo, por já ter gozado das contemplações divinas, pode não querer ocupar-se das questões humanas, para, assim, permanecer nas alturas celestes.

A repugnância do verdadeiro filósofo em se ocupar dos assuntos humanos e sua ânsia de permanecer nas alturas nada tem de surpreendente, [...] e é perfeitamente compreensível que o filósofo tenha de cair no ridículo, ao regressar deste espetáculo divino às misérias do mundo dos homens [...] (JAEGER, 1994, p. 886).

Finalizando a significação da alegoria, Platão afirma que o verdadeiro e sensato filósofo se lembrará que o ofuscamento da visão se deve a duas causas diferentes: à passagem da luz para a obscuridade e à passagem da obscuridade à luz. Mas, o verdadeiro e experiente filósofo que já tenha contemplado inteiramente a realidade inteligível e agora tenha que regressar, mesmo tendo a visão da alma ofuscada pela penumbra das trevas deste mundo sensível, alegrar-se-á de seu estado e da existência que leva. Ao passo que um filósofo aprendiz que ainda não tenha passado nem por uma conversão completa das trevas para luz, lamentar-se-á por ter de fazer tão dolorosa conversão, pois ele ainda não conhece inteiramente a verdadeira realidade que o aguarda. Desta forma, conhecendo a *Alegoria da Caverna* e seu significado, dedicar-nos-emos a tratar da educação à qual o governante será submetido.

O GOVERNANTE: MISSÃO E PROCESSO EDUCACIONAL

Para entendermos bem a função do governante na alegoria, precisamos ter em mente que o mesmo só poderá tornar-se filósofo depois de ter passado por uma rigorosa educação, a qual lhe terá dado o suporte necessário, elevando-o à contemplação do Bem. No entanto, pelo fato do filósofo conhecer a verdadeira realidade, ele pode querer ser omissos diante da função que lhe cabe e não desejar voltar para junto dos prisioneiros, os quais é sua missão libertar. Fazendo isto, ele se assemelha aos maus governantes que, olhando simplesmente para o próprio bem, semeiam a injustiça (desarmonia) em suas cidades, e, conseqüentemente, a infelicidade.

O verdadeiro filósofo ao contrário dos demais governantes que não conhecem a filosofia, será obrigado a retornar do mundo inteligível para o mundo sensível, tomando assim as rédeas da cidade, protegendo-a de todo tipo de mal. Para que o mesmo seja convencido de seu dever, por mais doloroso que seja, a ele serão mostrados os verdadeiros motivos pelos quais ele será obrigado a governar a cidade, sozinho ou juntamente com outros.

Será mostrado ao filósofo da cidade ideal que os filósofos existentes em outros Estados estão justificados por não participarem das responsabilidades políticas de suas cidades, pois eles foram formados por si mesmos. Por não terem sido instruídos pelo Estado, ao mesmo nada devem. Mas, no caso do filósofo ideal, toda a sua educação foi oferecida e custeada pelo Estado, a fim de que o mesmo se tornasse o mais capaz, tanto na filosofia, quanto na política, como podemos observar no seguinte trecho d'*A República*:

Nas outras cidades, é natural que aqueles que se tornaram filósofos não participem nos trabalhos da vida pública, visto que se formaram a si mesmos, apesar do governo dessas cidades; ora, é justo que aquele que se forma a si mesmo e não deve o sustento a ninguém não queira pagar o preço disso a quem quer que seja. Mas vós fostes formados por nós, tanto no interesse do Estado como no vosso, para serdes o que são: os reis nas colméias; demos-vos uma educação melhor e mais perfeita que a desses filósofos e tornamos-vos mais capazes de aliar a condução dos negócios ao estudo da filosofia (PLATÃO, 2000a, p. 231).

Por este motivo é que o governante da cidade perfeita deverá retornar à escuridão da caverna. Uma vez acostumado com esta escuridão, tendo ele já contemplado as ideias perfeitas, poderá reconhecer cada imagem e o que ela representa realmente, naquilo que ela possui de belo, justo e bom. Desta forma, a cidade perfeita tornar-se-á uma realidade e não um sonho, como o são as outras cidades, onde os governantes lutam entre si pelo poder, como se tratasse de um bem supremo.

Assim, sendo apresentado ao verdadeiro filósofo os reais motivos pelos quais deverá governar o Estado, ele não resistirá a estes motivos, pois o mesmo é um homem justo de quem será exigido coisas justas. E, por ser justo, não utilizará do poder senão por necessidade ao contrário dos dirigentes de outros estados.

Por ter o filósofo uma vida melhor do que a do simples exercício do poder, que é a vida filosófica, ele governará bem o estado, dado que seu interesse não está no poder e sua riqueza não está no ouro, mas, na virtude e na sabedoria. Ambas são o que ele mais necessita para ser verdadeiramente feliz e governar bem o estado perfeito. Já no caso dos outros governantes (não-filósofos), o estado jamais será bem governado, porque os mesmos, ávidos de benefícios pessoais e movidos pela ideia de enriquecimento demasiado, criam rivalidades dentro de seus governos que acabam por aniquilar a eles mesmos e toda a cidade.

Desta maneira, percebemos que, para Platão, os verdadeiros governantes não poderão ser amantes do poder, pois, se o forem, a rivalidade fará com que brotem dissidências entre os pretendentes e inevitavelmente o governo será injusto. E por isso é que deverão governar o Estado ideal, apenas os verdadeiros amantes da sabedoria. Aqueles que tendo contemplado o Bem e sendo os mais versados no conhecimento dos meios de governar uma cidade, governarão sem qualquer interesse próprio e visarão sempre o bem comum. Estes são os filósofos, mas, antes de chegarem ao governo da cidade eles deverão passar por um longo processo educacional e estudar diversas ciências.

Entre todas as ciências existentes em sua época, Platão busca separar as mais indicadas para o processo educacional pelo qual deverá passar o filósofo. Estas não poderão

estar carentes de uma qualidade adicional, que é a de servirem também aos guerreiros, pois é desta classe que os filósofos aprendizes sairão. Por isso as ciências mais indicadas para a formação dos filósofos têm por primeiro objetivo, fazer com que a alma se eleve do mundo do vir-a-ser para o mundo do ser verdadeiro.

Para que o filósofo passe do vir-a-ser para o ser, ele deve aprender a libertar-se dos sentidos. Destarte, Platão apresenta-nos as ciências matemáticas, como as ciências mais indicadas para a formação dos filósofos. No entanto, estas ciências matemáticas são apenas uma propedêutica, para aquela que, por excelência, tem o poder de elevar o filósofo à contemplação do Sumo Bem, que é a dialética.

As ciências matemáticas dão-nos uma idéia do mundo inteligível, mas, sem prescindir de um apoio sensível. Por isso é que estas ciências, às quais estão incluídas na formação dos filósofos, possuem uma qualidade adicional. Ao mesmo tempo em que estimulam a inteligência fazendo que a alma toque o mundo inteligível, pela abstração, no que diz respeito à arte da guerra, elas servem como importante instrumento para a formação militar do filósofo, que é, em primeiro lugar, um soldado.

Segundo a narrativa de Platão na *Alegoria da Caverna*, podemos afirmar que consistem em quatro, as ciências matemáticas, que são consideradas necessárias para a formação do filósofo. São elas: a aritmética, a geometria (estereometria), a astronomia e a ciência da harmonia. E como coroamento das ciências matemáticas, aparece a dialética como a quinta ciência. Platão confere-lhe o título de “a mais importante” no processo de educação do filósofo, pois, somente através dela, é que o filósofo poderá ter o conhecimento completo do mundo inteligível.

A primeira ciência apresentada por Platão é a aritmética. Ela tanto serve à preparação do rei-filósofo, quanto à formação dos guardiões da cidade. Tal ciência é indispensável na preparação e condução de uma guerra. A aritmética na formação do rei-filósofo tem por objetivo, levar o mesmo à reflexão. Isto só é possível, porque os “números sobre os quais opera a aritmética [...], não são sensíveis, mas *inteligíveis*, como demonstram as ciências que deles se ocupam” (REALE, 1997b, p. 174, grifo do autor). Platão adverte que a aritmética poderá contribuir para a formação do filósofo, se a mesma não for usada com vista única na contabilidade e negócios, porque, sendo assim utilizada, ela não poderá atrair a alma para o ser.

Pelo fato de os sentidos apresentarem um testemunho confuso e contraditório, revelando ao mesmo tempo seres unos e múltiplos, eles não são confiáveis. Já a aritmética

permite enumerar os seres unos e distintos (o “um” difere do “dois”, o “dois” do “três” e assim por diante). Ora, toda ideia, toda realidade inteligível é una e idêntica. Desta maneira, a utilização correta da aritmética leva a alma a contemplar a essência do número, arrastando-a ao mundo inteligível. Platão, após chegar a esta constatação, resolve, então, impor a ciência da aritmética aos que estão destinados a serem os guardiões e aos filósofos que estão destinados a governar a cidade.

Seria excelente, portanto, [...] impor este estudo por uma lei e persuadir os que têm de desempenhar altas funções públicas a dedicarem-se à ciência do cálculo, não de modo superficial, mas até chegarem à contemplação da natureza dos números pela pura inteligência; e a se dedicar a esta ciência não por interesse das vendas e das compras, como os negociantes e os mercadores, mas da guerra, e para facilitar a ascensão da alma do mundo da geração para a verdade da essência (PLATÃO, 2000a, p. 238).

Após a afirmação da aritmética como ciência necessária à educação do filósofo, Platão apresenta-nos a geometria, a qual também é indispensável ao objetivo de formação do rei-filósofo. A verdadeira geometria, “consiste em não confiar naquilo em que nossos olhos nos persuadem de confiarmos, por que ela começa só com a demonstração” (POR UM GRUPO DE PROFESSORES, 2003, p. 21). Sua verdadeira utilidade consiste em facilitar a contemplação da ideia do Bem. Para isso, ela deve ser desvinculada de seu aspecto puramente utilitário, pois, de outra maneira, ela jamais contribuirá para a ascensão da alma.

A geometria impulsiona a alma para a essência, ao permitir que seres eternos e imutáveis sejam concebidos. Um quadrado sempre será constituído de quatro lados, não obstante se ele é grande ou pequeno. O importante é raciocinar, não sobre um ou outro quadrado, mas sobre o que é o quadrado em si, pois será este ato que remeterá o geômetra ao mundo inteligível.

Na geometria, quando se raciocina sobre uma figura, pouco importa qual seja a figura sensível e visível que se desenhe. Quando se obtém um quadrado a partir de uma diagonal, essa dedução será sempre válida qualquer que seja o quadrado esboçado, pequeno ou grande, deformado ou não. Com efeito, não se raciocina sobre o quadrado, mas sobre aquilo que ele representa (PIETTRE, 1985, p. 28).

Platão afirma que também a geometria está imbuída de uma qualidade adicional, a qual é de suma importância na formação dos guardiões da cidade. Um general difere de outro em grau de capacidade, conforme seja ou não um general geômetra (a geometria contribui para a organização de um exército em combate ou em marcha).

O filósofo de Atenas chega a citar a estereometria (à qual chamamos hoje de geometria do espaço) como sendo uma ciência necessária à formação do filósofo. Contudo, acaba por abandoná-la, já que em sua época quase nada tinha sido descoberto acerca da mesma.

Platão não deixa de reconhecer a importância da astronomia na vida humana, pois a mesma nos dá condições de demarcar as estações, os anos, os meses. Ela tanto é útil à agricultura e à navegação, quanto à arte militar. No entanto, Platão descarta estas utilidades da astronomia, no que diz respeito à contemplação do Bem. Para ele a beleza dos astros, as figuras formadas pelas constelações, a regularidade dos movimentos notados no céu, devem remeter-nos ao mundo das ideias, onde a beleza, as figuras e a regularidade do movimento dos corpos celestes existem em perfeição. Perfeição esta que só pode ser apreendida pela inteligência.

Os ornamentos do céu devem ser considerados os mais belos e perfeitos objetos da sua natureza, mas são muito inferiores aos verdadeiros ornamentos, aos movimentos segundo os quais a velocidade pura e a lentidão pura, no número verdadeiro e em todas as formas verdadeiras, se movem em relação uma com a outra [...]. Ora, estas coisas são apreendidas pela inteligência e pelo raciocínio, e não pela visão [...] (PLATÃO, 2000a, p. 243).

Segundo Platão, a astronomia não deve ser uma ciência somente da observação. Porém, os fenômenos observados devem fornecer oportunidade de se colocarem problemas, isto é, de se construir os modelos matemáticos, para que, assim, utilizando-se da abstração matemática, a alma seja elevada ao mundo inteligível, passando do vir-a-ser para a essência.

Finalizando a exposição das ciências matemáticas, Platão trata sobre a ciência da harmonia. Para Platão, ela não deve limitar-se a fazer-nos distinguir com maior precisão os sons, os acordes harmoniosos e dissonantes, mas deve permitir também que nossa percepção vá para além das harmonias captadas pelos ouvidos. Ou seja, deve levar a alma à percepção das harmonias perfeitas que só a inteligência pode conceber, e isto graças à aplicação da matemática ao estudo da harmonia musical. Platão não concorda com os músicos que, a exemplo da maioria dos astrônomos, utilizam-se de seu ofício com uma objetivação puramente sensível, deixando de lado a melhor parte dessa arte. Destarte, servindo-se da matemática podem elevar a alma deste mundo da geração ao mundo inteligível.

Quando se põem a medir os acordes e os tons que o ouvido apreendeu, [...] fazem a mesma coisa que os astrônomos: procuram números nos acordes que ouvem, mas não se erguem até os problemas, que consistem em saber quais são os números

harmônicos e os que não o são e de onde se origina a diferença entre eles (PLATÃO, 2000a, pp. 244-245).

Assim, Platão apresenta-nos as quatro ciências matemáticas necessárias à formação do filósofo. Ele vê nestas ciências uma grande importância dentro do processo educativo do filósofo que será o governante da cidade ideal. No entanto, estas ciências têm por objetivo preparar a alma para o estudo da dialética, a qual, realmente tem o poder de fazer a inteligência contemplar as ideias e o Bem.

Platão afirma que as ciências matemáticas nos dão simplesmente uma ideia do mundo inteligível, pois elas não prescindem do apoio sensível. Por isso, esta pequena revelação do mundo inteligível, dada pelas ciências matemáticas, assemelha-se a um sonho que não é capaz de revelar a verdade plena. Somente a dialética é capaz de fazer a alma contemplar a mesma. “A dialética é o verdadeiro caminho para chegar à ideia de bem, à verdade” (PAVIANI, 2008, p. 120).

Através da dialética a alma eleva-se a uma visão de conjunto das ciências anteriormente apresentadas, para ir além das hipóteses que cada uma delas leva em conta. Assim, a dialética força a alma a “eivar-se sempre para o ‘ainda mais alto’, até o ponto de colher [...] o fundamento incondicionado” (SCIACCA, 1966, p. 69).

Em Platão, a dialética toca tanto a epistemologia quanto a metafísica. É através do conhecimento que nasce do processo dialético, que a alma contempla as ideias inteligíveis e elevando-se de ideia em ideia, chega à contemplação do Sumo Bem que se encontra no vértice do mundo inteligível.

Por dialética entende Platão o estudo das vias que nos levam à ciência perfeita das ideias e desta ideias em si mesmas, na sua realidade objetiva. Corresponde, pois, à epistemologia e à metafísica. A dialética compreende: a) os diferentes processos intelectuais e morais pelos quais pode o espírito humano elevar-se das coisas corpóreas e fugitivas ao conhecimento do mundo superior e invisível das ideias, da opinião à ciência. [...]; b) a divisão e classificação das ideias. Entre as ideias tão numerosas como os nossos conceitos há, como entre estes, uma subordinação dos gêneros inferiores aos superiores, uma hierarquia, que permite reduzir-lhes a multiplicidade à unidade. Sobre todas, prima a ideia do Bem, luz e vida de todas as outras, origem de seu ser e cognoscibilidade, causa eficiente e final de todo o universo (FRANCA, 1987, p. 56, grifo do autor).

O processo dialético de perguntas e respostas inteligentes (arte do bem falar), que consiste na refutação de hipóteses até se chegar a uma definição universal de validade absoluta sobre determinado objeto é essencial para que o filósofo se eleve ao plano inteligível e passe a compreender a essência de cada coisa. Somente imbuído desta capacidade de

distinção das ideias que emana deste ato puramente racional, é que o filósofo poderá ser considerado um verdadeiro dialético e alcançará a contemplação perfeita da ideia do Bem, imprimindo a perfeição da mesma na cidade ideal. O filósofo que não é capaz de definir e distinguir uma ideia da outra, também não será capaz de distinguir a ideia do Bem das demais ideias, por isso ele não será um bom governante para a cidade.

Para Platão a dialética passa por alguns estágios (os graus do conhecimento) até atingir seu fim último. Assim, apresenta sua epistemologia, dividindo-a em: ciência, conhecimento discursivo, crença e imaginação. As duas primeiras levam o nome de “inteligência” e as duas seguintes o de “opinião”. A opinião refere-se ao vir-a-ser e a inteligência à essência. Com a apresentação destes graus do conhecimento, fica fácil perceber o caminho que será percorrido pela alma que, através da dialética, com o método de destruição de hipóteses, passa da opinião para o conhecimento da ciência. Somente através deste conhecimento é que a alma se torna capaz de visualizar as ideias perfeitas e, ulteriormente, o próprio Bem, luz que ilumina todo conhecimento.

Platão coloca a dialética como o remate das ciências necessárias à formação do filósofo. “A dialética é apontada como método e como momento mais alto da filosofia [...]” (PAVIANI, 2003, pp. 16-17). Nenhuma outra ciência é capaz de assumir o seu lugar, dado que a dialética é a única que prescinde dos sentidos. Sendo assim, a única capaz de conduzir a alma à verdade suprema. Com isso, Platão encerra a apresentação das ciências necessárias ao processo formativo do filósofo, passando a tratar dentro do livro VII d’*A República*, sobre a seleção e a educação progressiva do filósofo-rei.

Depois de ter exposto sobre as ciências necessárias do itinerário educacional dos filósofos, Platão passa a ocupar-se da seleção e educação progressiva dos mesmos. Segundo Platão, só serão selecionados para serem governantes-filósofos aqueles que apresentarem qualidades físicas (vigor e beleza), qualidades espirituais (coragem e firmeza) e qualidades intelectuais (argúcia, facilidade de compreensão, boa memória e tenacidade), as quais são indispensáveis no estudo da filosofia. Afirma também que os selecionados não podem ser coxos em seu amor ao trabalho, dedicando-se de bom grado a toda espécie de exercícios corporais, tendo em contrapartida, aversão pelo estudo, pela conversação e pela pesquisa, que são características insubstituíveis do homem dialético.

Os aptos para o jogo ágil da dialética não devem ser homens coxos, isto é, homens que só saibam sustentar-se e caminhar sobre uma perna. Não podem ser homens que, mesmo que gostem dos cansaços corporais da ginástica e da caça e tenham

capacidade para estes exercícios, sucumbam, em contrapartida, com facilidade às fadigas espirituais e sintam repugnância por elas (JAEGER, 1994, p. 914).

Os selecionados não poderão de maneira alguma detestar a mentira voluntária e tolerar a involuntária. Eles deverão indignar-se tanto com uma, quanto com outra. A mentira voluntária supõe que se conheça o verdadeiro para se enganar alguém conscientemente, ao passo que a involuntária consiste em enganar alguém, sem saber que se engana, pois o que engana nesse caso, não sabe que aquilo que julga saber é falso.

Para que a filosofia não caia num descrédito maior do que já lhe era atribuído na época de Platão, por causa da forma de ensinar dos sofistas, deverá ser acrescentado aos exames de caráter, um sistema de seleção espiritual cuidadosamente elaborado. Isto, para que o(s) governante(s)-filósofo(s) seja um homem bem formado de corpo e alma e possa governar a cidade de forma perfeita, tendo em si todas as qualidades físicas, morais e intelectuais, que lhe são necessárias para bem governar.

O processo de educação do filósofo iniciar-se-á desde a tenra infância. Às crianças será ministrada a instrução preliminar que precede a dialética. No entanto, esta instrução não será imposta pela força. Este ensino preliminar das artes matemáticas, será de caráter lúdico, pois o estudo que é imposto pela força, não se sedimenta na alma da criança. Deixando com que a criança aprenda brincando, será mais fácil descobrir as tendências naturais de cada uma. Pois, segundo Platão, a função da educação é exatamente identificar nos candidatos suas diferenças e colocá-las a serviço da cidade (cf. PONDÉ, 2012, p. 38).

Após esse período de educação infantil, aos 17 ou 18 anos, os jovens passarão por um curso obrigatório de ginástica que durará até os 20 anos de idade. Nesse momento do processo educacional, o escopo principal é o de se formar jovens corajosos, altamente qualificados na arte da guerra. A educação espiritual descansará completamente neste período, pois as fadigas e o cansaço são grandes inimigos do estudo.

Finalizando-se esta etapa educacional, os melhores receberão distinções mais altas que os demais. A estes serão apresentados os conhecimentos com os quais tiveram contato na infância. Porém, agora estes conhecimentos ser-lhes-ão apresentados em conjunto, para que tendo os selecionados uma visão sintética acerca dos mesmos, percebam a relação que existe entre eles e o ser verdadeiro.

Aqueles que possuírem um espírito sintético serão separados daqueles que não o tem, porque eles possuem disposições inatas para a dialética. Desta forma, aqueles que sobressaírem nos estudos, na arte militar e em outras atividades, tão logo tenham atingido a

idade de 30 anos, conceder-lhes-ão o estado, as mais altas funções. Eles serão submetidos à prova da dialética, para ver quais dentre eles serão capazes de chegar ao conhecimento do ser, renunciando ao uso dos sentidos.

Aqueles que, [...] forem sólidos nas ciências, na guerra e nos outros trabalhos prescritos pela lei, quando completarem trinta anos serão apartados dentre os jovens já escolhidos para elevá-los a maiores honras e se descobrir, experimentando-os por intermédio da dialética, quais são capazes de, sem a ajuda dos olhos nem de nenhum outro sentido ergue-se até o próprio ser tão-somente pelo poder da verdade (PLATÃO, 2000a, p. 252).

O tempo de duração da educação dialética será de 5 anos. Só serão introduzidos neste estudo pessoas excepcionalmente preparadas. “É um fato da vida política que não são todos os que podem praticar a dialética [...]” (SCOLNICOV, 2006, p. 63). Caso seja iniciado qualquer recém-chegado que não possui a aptidão necessária a este estudo, o Estado corre o risco de formar não filósofos, mas sofistas, que usarão a dialética como arma, para refutar as pessoas, pelo simples ato de refutar e não pelo amor e desejo de se obter a verdade.

Terminado o período educacional dialético que se estende dos 30 aos 35 anos, aqueles que desta arte tiverem se servido, serão obrigados a retornar à caverna e a exercerem funções militares e todas as demais que os jovens podem assumir, a fim de que, no que concerne à experiência, não fiquem numa posição inferior a nenhum outro. Também neste período eles serão submetidos a diversas provas, a fim de verificar se permanecem firmes ou se sucumbem a qualquer espécie de tentação.

Esta descida à caverna durará 15 anos. Ao final desse teste, aqueles que aos 50 anos, tiverem se sobressaído em todas as provas, todos os atos de sua conduta e todos os ramos do conhecimento serão admitidos no corpo supremo dos magistrados para governarem com sabedoria (cf. KONDER, 2010, p. 24). Estes terão a obrigação de contemplar o Bem e tê-lo como modelo para governar a cidade ideal, visando apenas o bem de todos os seus habitantes.

Após cumprida sua missão nessa vida terrena, a cidade deverá consagrar aos governantes-filósofos monumentos e sacrifícios públicos. Eles serão tidos como divindades, em agradecimento por tudo o que fizeram para a Callipolis (a bela cidade).

Será da mesma maneira com a qual foram educados os reis-filósofos é que eles educarão seus sucessores ou sucessoras. Para Platão, tanto os homens quanto as mulheres são chamados às mesmas tarefas, seja como guerreiro ou como governante-filósofo, mesmo que,

por natureza, as mulheres sejam em seu conjunto mais frágeis do que os homens. Ambos os sexos devem compartilhar de todas as coisas em condições de igualdade.

Platão afirma que a construção da cidade ideal não é apenas uma quimera. Sua execução é difícil, mas é viável. Esta cidade só poderá existir se um ou mais filósofos assumirem o poder. Estes abominarão as falsas honras que oferecem os maus governos e terão a justiça, como a coisa mais importante para o bem da cidade. Além disso, dedicarão uma grande parte de seu tempo à filosofia, para que tenham o Bem sempre límpido diante de suas almas.

Para que se realizasse a passagem da sociedade, da época de Platão, para a sociedade justa, os filósofos seriam investidos por meio de um golpe de Estado. Tendo eles o poder em mãos, relegariam para os campos todos os habitantes da cidade que tivessem mais de 10 anos, conservando apenas os mais jovens, para que eles fossem formados segundo os seus princípios. Este seria o meio mais rápido e mais fácil de edificar-se a cidade ideal, a qual, depois de existente, faria que seus habitantes conhecessem a plena felicidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após percorrermos o programa educacional platônico, proposto na *Alegoria da Caverna*, nos deparamos com uma constatação de cunho indubitável. A saber, é impossível elaborar uma veraz reflexão sobre educação, levando em consideração seus aspectos históricos, sem considerar as contribuições pedagógicas daquele que foi o primeiro grande sistematizador do fenômeno educacional.

Platão foi um visionário, demasiado além de seu tempo. Empreendeu a aventura de propor um Estado modelo, no qual, a educação se encontrasse como fundamento de sua edificação. Deparou-se com os vitupérios devastadores de sua época, mas não abandonou sua convicção pessoal, a partir, da qual, somente um ser humano profusamente educado poderia gestar em si e na sociedade a autêntica justiça.

Sem sombras de dúvidas, Platão se faz visceralmente atual. Sua proposta pedagógico-filosófica nos solicita e interpela hodiernamente. Pois, nos leva a questionar acerca do pináculo da realidade, sem o frágil verniz das projeções quiméricas. Seu convite em prol da libertação total do ser humano, ecoa ainda hoje em nossas mentes. Logo, isto vem agregar com a educação libertária, tão almejada e empreendida por tantos paladinos da educação, sobretudo, contemporânea.

Em suma, evidencia-se a certeza que o conhecimento autêntico é fruto de árdua empreitada, como também foi dura a íngreme subida do prisioneiro-filósofo rumo à luz da

verdade. Entrementes é mais nobre a luta que abre brecha para a luz que liberta, do que a falsa acomodação ao fundo da caverna escura. Pois, ser verdadeiramente liberto significa ter alma inquieta, jamais compactuada com os grilhões do senso comum, o qual, a todo custo, tenta sufocar a autêntica educação libertária. Destarte, damos desfecho a nosso intuito com o positivo anseio de noutra oportunidade abordarmos novamente sobre Platão e seu instigador ideário pedagógico.

REFERÊNCIAS

BRUN, Jean. **Platão**. Tradução de Filipe Jarro. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1985. 183p. (Mestres do Passado).

FRANCA, Leonel. **Noções de história da filosofia**. 23.ed. Rio de Janeiro: Agir, 1987. 382p.

JAEGER, Werner. **Paidéia: a formação do homem grego**. Tradução de Artur M. Parreira. 3.ed. São Paulo: Martins Fontes, 1994. 1413p.

KONDER, Leandro. **Filosofia e Educação: De Sócrates a Habermas**. 2.ed. Rio de Janeiro: Forma & Ação, 2010. 120p. (Fundamentos da Educação).

PAPAS, Nickolas. **A República de Platão**. Tradução de Abílio Queiroz. Lisboa: Edições 70, 1995. 269p. (Guias Filosóficos).

PAVIANI, Jayme. **Platão & a Educação**. Belo Horizonte: Autêntica, 2008. 126p. (Pensadores & Educação).

_____. **Platão & A República**. Rio de Janeiro: Zahar, 2003. 71p. (Filosofia Passo a Passo).

PIETTRE, Bernard. **Platão – A República: livro VII**. Tradução de Elza Moreira Marcelina. Brasília: Universidade de Brasília, 1985. 183p.

PLATÃO. **A República**. Tradução de Enrico Corvisieri. São Paulo: Nova Cultural, 2000. 352p. (Os Pensadores).

_____. **As Leis – incluindo Epinomis**. Tradução de Edson Bini. Bauru: Edipro, 1999. 544p. (Clássicos).

_____. **Diálogos: Eutífron, Apologia de Sócrates, Críton, Fédon**. São Paulo: Nova Cultural, 1996. 191p. (Os Pensadores).

PONDÉ, Luiz Felipe. **Guia politicamente incorreto da Filosofia: ensaio de ironia**. São Paulo: Leya, 2012. 232p.

POR UM GRUPO DE PROFESSORES. **Os filósofos através dos textos: de Platão a Sartre**. Tradução de Constança Terezinha M. César. 2.ed. São Paulo: Paulus, 2003. 331p.

REALE, Giovanni; ANTISERI, Dario. **História da filosofia: antiguidade e idade média**. São Paulo: Paulinas, 1990. 693p., v.1.

REALE, Giovanni. **História da filosofia antiga**. Tradução de Henrique Cláudio de Lima Vaz e Marcelo Perine. 9.ed. São Paulo: Loyola, 1997. 503p., v.2.

_____. **Para uma nova interpretação de Platão**. Tradução de Marcelo Perine. 14.ed. São Paulo: Edições Loyola, 1997. 636p.

ROBIN, Léon. **Platão**. Tradução de Adolfo Casais Monteiro. 3.ed. Lisboa: Editorial Inquérito, [s/d]. 94p. (Cadernos Culturais).

SCIACCA, Michele Federico. **História da filosofia**. Tradução de Luís Washington Vita. 3.ed. São Paulo: Mestre Jou, 1966. 257p., v.1.

SCOLNICOV, Samuel. **Platão e o problema educacional**. São Paulo: Loyola, 2006. 130p.

TEIXEIRA, Evilázio Francisco Borges. **A educação do homem segundo Platão**. 6.ed. São Paulo: Paulus, 2015. 142p. (Filosofia).